

ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

EMPREGADOR: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMPREGADO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

Têm entre si justo e contratado o presente Aditivo ao Contrato de Trabalho firmado em data anterior,

que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente aditivo tem por objetivo alterar as condições do contrato de trabalho original, especificamente no que tange a:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Ficam alteradas as seguintes cláusulas do contrato de trabalho original:

a) Função: _____

b) Jornada de trabalho: _____

c) Local de trabalho: _____

d) Remuneração: R\$ _____

e) Benefícios: _____

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente aditivo entra em vigor na data da assinatura pelas partes e terá vigência por tempo:

- indeterminado ()

- determinado, até ____ / ____ / ____ ()

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho original, que não foram

objeto deste aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As partes ratificam todas as demais cláusulas do contrato originário que não foram modificadas por este aditivo.

**E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma,
na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.**

EMPREGADOR

EMPREGADO

Testemunhas:

1. Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

2. Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Local: _____

Data: _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/aditivo-de-contrato/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.